

O governo, de olho nos bons resultados e na solidez da atividade, que deverá crescer este ano 10% em média, em termos nominais, mirou a metralhadora arrecadatória na direção das empresas

Por Vera Batista

O setor de seguro e resseguro no Brasil fatalmente terá que se acostumar com um ambiente de alta carga tributária. O governo, de olho nos bons resultados e na solidez da atividade, que deverá crescer este ano 10% em média, em termos nominais, mirou a metralhadora arrecadatória na direção das empresas. O aumento dos desembolsos com taxas, contribuições e impostos vem acontecendo, paulatinamente, desde o início das discussões sobre ajuste fiscal, para acertar as contas públicas, ainda na gestão do ex-ministro da Fazenda, Joaquim Levy.

A constatação foi um dos destaques da palestra “Panorama Econômico e Perspectivas”, do diretor financeiro do IRB Brasil RE, Fernando Passos, durante o 5º Encontro de Resseguro do Rio de Janeiro. A alíquota da Contribuição Social Sobre o Lucro (CSLL), à época, passou de 15% para 20%. O segmento, que era isento de PIS/Cofins, foi taxado em 4,65%. “Somente com o pagamento da CSLL, as seguradoras e resseguradoras deverão repassar ao governo, em 2016, R\$ 1,1 bilhão. Com PIS/Cofins, o incremento na arrecadação será da ordem de R\$ 600 milhões, no período”, contou Passos.

A atividade de corretagem também foi chamada a contribuir para inflar as receitas financeiras na União. Nesse caso, a PIS/Cofins passou de 4,65% para 9,25%. “Isso acontece porque, de um modo geral, se vê as seguradoras e resseguradoras como instituições financeiras. Dessa forma, é mais simpático taxá-las que elevar o desconto do Imposto de Renda da Pessoa Física de 27,5% para 33% ou a contribuição ao INSS de 11% para 15%”, assinalou. No ano passado, a alta do dólar e a elevação dos juros foram responsáveis pelo crescimento de 20% e 40% nos resultados financeiros das seguradoras e resseguradoras, respectivamente.

Futuro

Apesar das incertezas no cenário político do país, independentemente da possível, ou não, substituição da presidente Dilma Rousseff, “o setor de seguro e resseguro precisa saber surfar na onda de oportunidades”, destacou Fernando Passos. “O segmento tem penetração muito baixa na população brasileira. Tem espaço para ampliar. E apesar de sermos considerados instituições financeiras, há uma diferença importante em relação aos bancos, por exemplo, que é o problema com a inadimplência. Coisa que nós não temos. Somos credores, captadores de recursos”, lembrou.

Mesmo com as boas perspectivas, no médio prazo, Passos deu a entender que, pelo menos pelos próximos 15 dias, nenhum empresário deve tomar decisões importantes. “Os ativos de renda variável estão em constante flutuação. A Bolsa de Valores uma hora mostra uma direção, outra hora vive situação contrária. O dólar tem altas e quedas abruptas. E não estamos vendo sinais de acomodação. Não me parece uma boa opção qualquer movimento brusco nas próximas duas semanas. Tudo vai depender do que vai acontecer, se terá ou não impeachment”, justificou.

Ele disse, ainda, que é preciso observar o comportamento das expectativas do mercado que já vinham se deteriorando desde o ano passado. Em aproximadamente seis meses, houve mudanças radicais. A perspectiva de piora se generalizou. “E assim deverão se manter pelos próximos anos, até que o Brasil retome o grau de investimento”, destacou.

Fonte: [Correio Braziliense](#), em 06.04.2016.